

A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA¹

L'HISTOIRE DE LA LINGUISTIQUE

Sylvain Auroux

Laboratoire d'Histoire des Théories Linguistiques

1.1. A história da história da linguística revela uma preocupação relativamente antiga e, de um ponto de vista quantitativo (itens bibliográficos), absolutamente rica. Para o domínio francês, costuma-se comumente remontá-la ao século XVIII (como é o caso da história de quase todas as ciências): D. Thiébauld (1773, *Lettre à Monsieur Pinglin sur l'Histoire de la Science grammaticale*, reeditado na *Grammaire philosophique*, Stuttgart – Bad Cannstatt, pp. 161-189, introdução de D. Droixhe) e F. Thurot (1776, *Tableau des Progrès de la Science grammaticale : Discours Préliminaire à Hermès*, reeditado por A. Joly, Bordeaux, 1970). Trata-se de estudos cujo objetivo é iluminar o estado contemporâneo da disciplina. O século XIX conhecerá igualmente trabalhos retrospectivos orientados pela gramática comparada (ver, por exemplo, a Lição de Bréal no Collège de France em 1868 sobre “O progresso da Gramática Comparada”), menos numerosos contudo que na Alemanha (cf. Korner, 1978b), embora o positivismo tenha atribuído um lugar importante à história das ciências (“não conhecemos completamente uma ciência se não conhecemos sua história”, A. Comte, 1830, *Cours de Philosophie positive*, 2ª Lição). Encontramos no século XIX estudos cujo objeto é mais distante do trabalho contemporâneo (1854, E. Egger, *Apollonius Dyscole, Essai sur les Théories grammaticales dans l'Antiquité*; 1868, Ch. Thurot, *Notices et Extraits de Divers Manuscrits latins pour servir à l'Histoire des Doctrines grammaticales du Moyen Age*), e uma bibliografia global sobre a história das ciências da linguagem até a época moderna comporta um grande número de títulos (cf. Koerner, 1978b; Porset 1977a). Contudo, nada é comparável ao interesse que se desenha por volta dos anos 60 (ver *Elementos bibliográficos e informativos*) e corresponde, na França, grosso

¹ Este artigo foi originalmente publicado em francês, sob o título “L'histoire de la Linguistique”, na revista *Langue française* (1980, n. 48, pp. 7-15). Foi traduzido pelo Prof. Dr. José Edicarlos de Aquino (UFT). Assinalam-se aqui os mais cândidos agradecimentos a Patrice Lénard, Thaís de Araujo da Costa e Phelippe Marcel da Silva Esteves pela generosidade na leitura e revisão da presente tradução.

modo, aos trabalhos de Stefanini (1962) e Chevalier (1968). O movimento é internacional (em 1964 e 1968 acontecem as duas primeiras conferências sobre o tema, que fornecerão a matéria de Hymes 1974 b) e parece coincidir com uma renovação da história das ciências em geral (cf. Greene, 1974).

Submetido em 30 de julho de 2020.

Aprovado em 18 de novembro de 2020.

1.2. A história das ciências jamais foi e não é ainda verdadeiramente uma disciplina acadêmica; os historiadores são frequentemente praticantes e autodidatas, e o pessoal que trabalha nos institutos de história das ciências possui uma formação heterogênea. O peso das tradições e das instituições é essencial; razões conjunturais fazem com que, de um lado, a história das ciências seja ligada a essa disciplina bastante frouxa e compósita que Lovejoy popularizou sob o nome de *History of ideas*, e que, de outro lado, ela seja ligada sob a dependência pura e simples da filosofia. Na tradição de Bachelard e Koyré, a história das ciências possui com a epistemologia (teoria da ciência) laços obrigatórios (cf. Canguilhem, 1970). Na verdade, podemos distinguir três elementos na epistemologia: a *epistemologia normativa* (a metodologia tradicional que define *a priori* a correção dos raciocínios, dos protocolos experimentais etc.), a *epistemologia avaliativa* e a *epistemologia descritiva*. O trabalho de avaliação das teorias é uma necessidade interna de uma disciplina, necessidade que faz parte das discussões obrigatórias que permitem pô-las em prática. Ele pode ser mais ou menos próximo do conhecimento dos fenômenos (por exemplo, a discussão sobre a necessidade de abandonar a oposição vozeado/desvozeado e de utilizar a oposição tenso/relaxado), e até mesmo relativamente geral (por exemplo, a discussão do estatuto dos dados). O essencial é notar a existência dos procedimentos de regulação que tratam as teorias como objetos, mesmo que somente para compará-las. A *epistemologia descritiva* toma as ciências como fatos e se esforça em construir uma reflexão coerente sobre seus diferentes aspectos (teóricos, sociológicos e práticos). A história das ciências pode ser considerada como uma parte das epistemologia descritiva, caracterizada por uma dimensão temporal. É preciso contudo distinguir entre a pura descrição de uma teoria passada (temporalidade externa) e a tentativa de construir modelos de evolução, e até mesmo de explicações de mudança (temporalidade interna). A história necessita, além disso, de um forte trabalho *documental* que faça referência ao estudo de fatos de um

certo tipo (publicações, bibliografias, etc.), em geral acontecimentos, ainda que se possa colocar as teorias e as ciências sob essa categoria (se o aparecimento de uma teoria é um acontecimento, a teoria não o é). Contesta-se pouco a necessidade de regular o trabalho científico (isto é, o recurso à epistemologia avaliativa, mais ou menos interiorizada); o papel da história parece mais ambíguo. Nós vivemos bem frequentemente com a ideia de que uma “ciência destrói seu passado” (Kuhn) e, finalmente, a tarefa do historiador das ciências parece se ligar mais à história geral que às próprias ciências.

Em certa medida, podemos desenvolver, expor ou ensinar conhecimentos sem recorrer a sua história. A história das ciências e as ciências não trabalham sobre os mesmos dados, elas não têm nem as mesmas motivações práticas nem os mesmos resultados. Não é, no entanto, absurdo perguntar se as pesquisas das primeiras têm algum interesse para as segundas (cf. Sygne, 1958). No que se segue, eu não pude tomar todos os meus exemplos da linguística francesa, pois eu nem sempre os conhecia.

2.1. A tese de Kuhn, *supra* citada, é completamente errônea (cf. Popper, 1975, p. 83). Para toda disciplina, existe uma *história sancionada* e uma outra *esquecida*. No limite, uma disciplina não destrói seu passado, ela o integra e o julga, o rescreve. As modalidades dessa reinscrição (cf. Raymond, 1975) fazem parte das características essenciais da descrição em questão. Há disciplinas com forte taxa de reinscrição (por exemplo, as matemáticas), outras com taxa muito fraca, como a linguística e a maior parte das ciências humanas. O papel de uma ruptura teórica na história de uma ciência deve ser ligado a sua taxa de reinscrição. Quando a multiplicidade das rupturas é acompanhada de uma taxa muito fraca, todas as condições são reunidas para que os estados anteriores da disciplina conservem um interesse teórico direto, e, principalmente, sejam mais potentes na explicação de certos tipos de fenômenos. Em 1956, Bochenski não hesitava em escrever que a teoria medieval das pressuposições era mais rica em regras e em pontos de vista do que toda a semiologia moderna. Com um estruturalismo do tipo saussuriano, não se vê bem como tratar de questões como a sinonímia ou a figuração. Até que tenha havido interesse pela enunciação, as teorias de Port-Royal eram mais poderosas do que aquelas disponíveis. Podemos encontrar numerosos exemplos dessa espécie. Eles estão ligados ao estado teórico das disciplinas linguísticas. A maturação e o aparecimento dos diferentes procedimentos constitutivos dessas disciplinas (gramática, retórica, linguística histórica) obedecem a temporalidades distintas (cf. Bugarski, 1976). Como não se fala de “invenção” senão sobre a base de

um sistema suficientemente estável, geral e aceito (por exemplo, durante todo o século XIX, a gramática histórica possuía tal sistema, o que permitia inventariar as “invenções”, isto é, as “leis fonéticas”), quase não temos até aqui ideias muito claras sobre a evolução *progressiva* dessas disciplinas. A história das ciências da linguagem tem um papel essencial a desempenhar na maturação das teorias modernas, maturação que deve ser favorecida por uma clara reconstrução das teorias passadas.

2.2. O papel de uma história em uma disciplina depende largamente da natureza de seu objeto, isto é, de sua relação com o tempo. Ele é, sem dúvida, difuso nas ciências naturais (embora não seja negligenciável). Ele é essencial para as ciências humanas porque seu objeto é de natureza histórica. Os trabalhos linguísticos passados são indispensáveis à linguística histórica. Eles são uma contribuição fundamental (embora não seja a única) a todas as tentativas de reconstrução dos estados da língua (ver, por exemplo, A. Martinet: *Notes sur la phonologie du Français vers 1700 BSL*, t. XLIII, 1946, pp. 13-23). A utilização correta dos dados contidos nos trabalhos passados supõe evidentemente um bom conhecimento do seu arranjo teórico (ver, por exemplo, a primeira parte de J. Stefanini, 1962). O francês não está no mesmo caso do *Natick* (a única fonte de informação é a gramática de J. Eliot, 1666), mas a dialetologia histórica quase não tem outras fontes além das pesquisas passadas (ver Pop, 1959).

Nas ciências humanas, a pesquisa histórica deve encobrir uma experimentação frequentemente impossível. Aqui ainda não é preciso esperar da história da linguística francesa os mesmos dados que poderá produzir a história da linguística exótica (cujo interesse compreendemos bem cedo: desde 1878, L. Adam e Ch. Leclerc reeditam gramáticas do século XVII nos volumes da *Bibliothèque Linguistique Américaine*). Mas há certo número de problemas que podemos ver claramente que têm tudo a ganhar com uma sólida informação histórica. Nós ligamos a língua à massa falante, o que exclui imediatamente toda ideia de uma regulação consciente e institucional dos fenômenos languageiros. No século XIX, por prudência, Rousselot e Psichari consideravam essa possibilidade somente para os patoás. Em qualquer caso, o estudo das práticas institucionais (gramática escolar, por exemplo, cf. os trabalhos de Chervel e Maingueneau) das políticas linguísticas (cf. os trabalhos de De Certeau, D. Julia et alii) e do controle do Estado sobre certos elementos languageiros (a ortografia, seu aprendizado, suas reformas) deveria permitir uma reavaliação séria da hipótese em questão. A história tem igualmente um interesse prático. É, por exemplo, frívolo

considerar uma reforma do ensino das línguas vivas sem uma sólida pesquisa histórica sobre as práticas anteriores, seus fundamentos teóricos, seu contexto e seus efeitos.

2.3. A constituição dos fenômenos em objeto de conhecimento é ela mesma um produto histórico. A sinonímia, por exemplo, não é simplesmente um campo de fenômenos cuja teoria teríamos que fazer segundo nossa inspiração, mas uma prática secular codificada em dicionários que, de Girard a Beauzée, de Condillac a Lafaye, retomando-se uns aos outros, *produzem* fenômenos assim como seu modo de representação. As *gramáticas*, pelo jogo dos exemplos (que são herdados), são tanto máquinas de produzir fenômenos quanto de explicá-los (ver Chevalier, 1976). O que a história das ciências da linguagem nos ensina é que uma *estratégia dos fins* modela de forma oculta as construções teóricas. No século XVIII, as teorias de aprendizado do latim (Dumarsais, Pluche, Chompré) abandonam o tema pela versão, preconizam métodos de decodificação, o que é talvez um progresso pedagógico, mas o é também porque o latim não é mais uma língua de comunicação (cf. J. C. Milner, *Diplôme d'Études Supérieures* 1965). Considerando a linguagem como lugar de uma prática social, e a sociedade como lugar de uma instalação de poderes, os ideólogos podam o comparatismo, mas favorecem a atenção às práticas escolares e às teorias de conjunto (Chevalier, 1976; 1977). A exclusão do sujeito (portanto da enunciação), a da elipse e a da ambiguidade correspondem a estratégias de poder como mostraram Chevalier, Desirat, Hordé (1976), Haroche (1975) e outros. Seja quais forem nossos protocolos de análise, jamais obteremos um conhecimento desinteressado, porque as ciências são práticas sociais. Qual prática temos ou desejamos? Só uma crítica histórica rigorosa pode nos lançar uma luz sobre isso.

3.1. A história não prova nada. Disso resulta que a utilização dos resultados da prática historiadora supõe sempre mediações. O trabalho científico é acompanhado frequentemente de um *horizonte de retrospectão* relativamente independente da taxa de reinscrição: a discussão do vozeamento em Jakobson (cf. *Tenseness und laxness*, in *Selected writing*, I, 1962) é acompanhada de uma retrospectão importante (uma centena de anos) para discutir teorias (Swett, Winteler) nas quais o conceito não tem o lugar que ele ocupa atualmente; no caso das relativas, trata-se, ao contrário, de uma reinscrição totalmente ingênua, que provoca a retrospectão quando seu conteúdo é recolocado em questão. Inversamente, a compreensão de uma teoria passada frequentemente não é

possível senão pela *recorrência*: a teoria medieval das *suposições* não é dominada senão a partir dos problemas contemporâneos da referência. Nesse caso, o conhecimento histórico procede por conjectura e hipóteses, sem dispor na sua linguagem descritiva de categorias simplesmente coextensivas àquelas de seu objeto (por exemplo, *natureza*; cf. Ducrot, in Parret, 1976). A utilização do trabalho histórico depende dessa situação complexa, e nem sempre é fácil ver como ela opera.

Quando se dispõe de um exemplo claro (nós tomamos aquele das relativas), ele é resultado de conjuntura. Parece que a discussão (na França pelo menos) provem dos problemas encontrados pela Análise automática do Discurso (ver *Langages* N° 37, março 1975, Pêcheux, Fuchs, Grésillon, Henry), que havia retomado a oposição *explicação* (ou oposição) VS *determinação* sob forma de dois tipos de conectores interenunciados (tipo *delta* VS tipo *phi*). Percebe-se rapidamente que os linguistas modernos retomaram as categorias de Port-Royal, isto é, aceitaram-nas como dados, que correspondem naturalmente a fenômenos. Donde uma estratégia geral que consiste em tentar reinterpretar o que supomos ser um fato na teoria de que dispomos: pesquisas dos traços morfossintáticos da oposição (sem esquecer o critério da vírgula), tentativa de explicação pela geração da frase (com às vezes soluções *ad hoc*, como aquela que consiste em se dar a possibilidade de ligar dois marcadores na estrutura profunda ao constituinte *Det*). Duas estratégias de discussão são possíveis: confrontar as categorias com exemplos (Grésillon), ou retomar (Henry) as teorias para mostrar seu parentesco (relição da distinção à categorização semântica das unidades sintáticas, com a definição tradicional do substantivo tendo os mesmos efeitos que as teorias das restrições de seleção ou da autonomia referencial). Essas duas estratégias não são excludentes, o sucesso da primeira garante o interesse da segunda, a qual, sozinha, pode assegurar uma completa desconstrução das categorias. Elas conduzem aos mesmos resultados (a oposição repousa sobre a não distinção entre a língua e o discurso). A segunda apela a dados históricos. Como utilizá-los? Podemos mostrar que, na época das Luzes, a oposição corresponde em Beauzée a uma lei semântica, prendendo-se à definição da compreensão das ideias (mas nós a encontramos entre as regras de projeção de Katz e Fodor). Essa lei anula os traços semânticos de um termo, quando já estão contidos no termo que domina a composição (explicação VS determinação; cf. Auroux, 1979a, 176 sq.). Da mesma maneira, uma outra forma de oposição (identidade VS determinação) repousa sobre a autonomia referencial do nome ou do pronome (que Beauzée qualifica de determinativos; *ibid.* 173, 181 sq.). Esses resultados só são

integráveis a partir da segunda estratégia, que eles supõem suficientemente avançada. O mesmo vale para aqueles trazidos pelo artigo de J.C. Pariente (1979). A regra que consiste em colocar uma vírgula após a principal no caso único da relativa explicativa remonta a Girard (1747) e sobretudo a Beauzée (1767): ela vem *depois* que a teoria produziu a distinção. Isso esclarece, sem dúvida, o fato de que todos que consideraram por um momento a vírgula como critério o tenham feito de forma flutuante (cf. C. Fuchs). O fracasso da regra Girard-Beauzée não prova a falsidade da teoria (outras regras tiveram “sucesso”, *via* a *Academia* e a gramática escolar, cf. a concordância do participípio). É, ao contrário, pelo viés de uma reavaliação das teorias que se concebe o seu lugar (ver as observações de Le Goffic, 1979, sobre o fracasso, simétrico, do critério entonativo). A informação histórica não é conectada com o trabalho científico senão pelo viés da epistemologia avaliativa.

3.2. Nós nem sempre dispomos de uma orientação retrospectiva para assegurar a exploração das informações históricas. Tão logo uma teoria encontra dificuldades, nota-se, contudo, uma motivação ampliada para estudar a forma como ela elaborou suas categorias. O que é preciso esperar dos trabalhos sobre os “Pré-saussurianos”? Sem dúvida alguma coisa que retome de forma crítica a célebre série de dicotomias, em particular a oposição língua/fala, que situa a noção de valor como um tipo possível de respostas a alguns problemas (por exemplo, a *noção de imagem vocal* é proposta por Bréal para explicar que uma emissão sonora possa influir sobre aquela que a precede), ou que a aproxime do velho princípio de não existência de sinônimos perfeitos no seio de uma mesma língua. A história pode ser útil mesmo no caso de setores teóricos que alcançaram uma riqueza sem precedente. Às vezes, circunstâncias felizes permitem avaliar os efeitos de mudanças teóricas; nós dispomos, por exemplo, de diferentes exposições de Cantineau sobre a fonética árabe, antes e depois de sua tradução de Trubetzkoi (cf. Calvet, 1972). A história da fonética/fonologia é rica em ensinamentos sobre as relações entre os diferentes componentes dessas disciplinas. De maneira geral, os progressos da física e da acústica (cordas vibrantes, ressonadores) são favoráveis a essas disciplinas. Mas a oposição surda/sonora é descrita (Dangeau, 1711) antes da descoberta das cordas vocais (Ferrein, 1741), que leva a “desvozeir” as consoantes e a reinterpretar a oposição como forte/fraca (cf. Aroux-Calvet, 1973). A utilização de pares mínimos é canônica no século XVIII, sem que se considere a distintividade. As oposições entre traços fonéticos são utilizadas e postas em prática (Winteler, 1876) sem

conexão com a distintividade funcional. Esse tipo de resultado deve poder desempenhar um papel na organização de hipóteses aceitas, como na escolha de estratégias de pesquisas.

3.3. O principal efeito e vantagem dos horizontes de retrospecção, quando existem, é orientar o trabalho do historiador. Podemos esperar o mesmo efeito da epistemologia geral, cujas teses frequentemente abstratas precisam ser verificadas. Nesses últimos anos, um certo número de ensaios (Robins, 1974; Sharadzenidze, 1976; Ricken, 1978) considerou a história da linguística à luz de oposições como racionalismo/empirismo, orientação teórica/orientação documental, dedutismo/indutismo. Seria preciso proceder à abordagem inversa; a epistemologia de outras disciplinas nos ensina que os termos teóricos jamais nascem da colagem de fatos. Nós dispomos, pelo viés da história, de um rico material capaz de esclarecer a questão: no século XVIII, alguns gramáticos reconhecem que as categorias descritivas não são exemplificadas em todas as línguas. Qual é o estatuto dos termos universais que eles empregam, contudo? Qual é o impacto da multiplicação da análise de línguas diferentes sobre a constituição de termos teóricos (cf. Rousseau, 1980)? Como eles aparecem? Há aí um conjunto de questões que supõem que trabalhamos sobre uma escolha de exemplos selecionados para sua pertinência epistemológica. As teses de Popper sobre a relação das ciências empíricas à possibilidade de refutação são geralmente aceitas pelos pesquisadores. No entanto, a história considerada de um ponto de vista epistemológico pode sozinha esclarecer a questão. Como as hipóteses são corroboradas ou rejeitadas? À primeira vista, hipóteses como a do protótipo indo-europeu não correspondem ao requisito de Popper, pois são compatíveis com uma classe de asserções empíricas contraditórias. Em certos casos (os neogramáticos e as leis fonéticas), não é a argumentação pelo contraexemplo que permite rejeitar uma hipótese, mas a mudança de categorias (cf. Auroux, 1979b). É claro igualmente que uma análise sociológica da pesquisa passada em relação a seus resultados, que um estudo preciso dos procedimentos de rejeição pela “ciência oficial” (a origem das línguas, a língua universal, a glossolalia, o simbolismo, em suma tudo o que se poderia chamar “a linguística fantástica”) e que um conhecimento e uma avaliação das correntes esquecidas (as teorias de conjunto da linguística francesa no século XIX, os autores como Chavée, Hovelacque etc.) têm um interesse para as políticas de pesquisa.

4.1. A renovação contemporânea da história das ciências da linguagem é acompanhada de discussões metodológicas, cuja literatura não para de aumentar (ver bibliografia), sem trazer elementos decisivos. Certos autores chegarão mesmo a sustentar que a linguística não dispõe de nada que possa ser chamado de uma história (Koerner, [1976], 1978b, p. 22). Essa pesquisa quase unânime de uma estruturação metodológica da prática historiadora mais cobre um problema do que denota uma verdadeira ausência. É possível descrever esse problema nos mesmos termos de *restrições contraditórias*, as quais fazem pesar sobre a pesquisa histórica interesses divergentes. Os primeiros convidam a tornar os resultados da história da linguística úteis para uma história das ideias, até mesmo para uma história geral; os segundos, para o trabalhos dos linguistas; e os terceiros, para uma teoria do conhecimento. A ampla maioria dos historiadores liga seu trabalho à história das ideias, o que tem por consequência levá-los a proclamar a autonomia de sua história em relação à linguística (cf. Koerner, *passim*) e a reivindicar uma profissionalização de sua disciplina. Tal orientação tem, sem dúvida, efeitos positivos quando convida a lutar contra o anacronismo, a ligar as teorias a seus contextos e às outras disciplinas (cf. Bursill-Hall, 1970). Contudo, os *requisitos* metodológicos ultrapassam raramente a plana generalidade ou o simples bom senso (por exemplo, Malkiel-Langdon, 1969, num artigo frequentemente citado, descobrem que um historiador da linguística deve ser um historiador e linguista), e os conceitos utilizados (exemplo: *influência, filiação, fonte, empréstimo*) permanecem bem triviais. A relação com temporalidade não é jamais verdadeiramente pensada, e esse elemento essencial da história é sempre representado de forma sumária sob o modo de indexação cronológica ou de aspecto (incidência/decadência). A única verdadeira novidade foi a introdução da noção de paradigma (ver Hymes, 1974), cuja utilidade não vai além da retórica da exposição (ver contudo 4.3). Além da vagueza da noção, o acento colocado sobre a descontinuidade pela tese de Kuhn tem por consequência a não pertinência dos elementos históricos para a ciência atual, questão sobre a qual tropeçam os que, enquanto utilizam o conceito, se preocupam em garantir uma saída para o estudo histórico (por exemplo, Koerner, 1976b).

4.2. A principal questão permanece, com efeito, a da relação do trabalho dos historiadores com o dos linguistas. A tendência atual de numerosos historiadores é de rejeitar tudo o que vem dos linguistas, e tudo o que concerne à conexão das teorias passadas e presentes (ver, por exemplo, em Arens, 1977, a crítica de Parret, 1976). Se

numerosos trabalhos de linguistas são totalmente anacrônicos e retrospectivos (Harnois, 1929, é uma peça de antologia), é preciso notar que a maior parte das observações históricas e metodológicas interessantes vêm dos praticantes da linguística (por exemplo, ver a primeira parte de *Langage*, 1923, de Jespersen). Os historiadores visam particularmente Chomsky (1966) (cf. Aarsleff, 1970) e todas as tentativas de interpretar as teorias passadas a partir da gramática gerativa/transformacional (depois de Chomsky, 1966, os modistas, Sanctius, Apolônio Díscolo, Platão foram abordados dessa forma). Se essas abordagens marcam mal as diferenças e não são sempre muito exatas, elas têm, no entanto, por papel fundamental permitir a uma teoria moderna reinscrever os resultados anteriores e provar sua potência indutiva. Na verdade, por trás dos ataques frequentemente justificados contra a prática chomskyana, encontramos nos historiadores o mito (Hymes, 1974 a, 28) segundo o qual a “ciência” da linguagem teria nascido no século XIX (o encontramos em um pesquisador bastante instruído como Koerner [1972], 1978a, p. 5), o que tem por efeito excluir a gramática geral, a retórica, a abordagem lógica da frase etc. Entendemos os linguistas (cf. Gentilhomme, 1980) que começam a proclamar que existe perigo em deixar os historiadores, mesmo especializados, trabalhar sozinhos. A única maneira racional e fecunda de estruturar a história das ciências da linguagem é de fazê-lo a partir dos problemas provenientes das ciências da linguagem e da teoria do conhecimento.

4.3. É, sem dúvida, correto considerar a história da linguística “como uma atividade séria que deve ser realizada tão rigorosamente quanto o estudo da própria linguagem” (Koerner, [1976], 1978, 22). Isso não implica nem que haja, de uma vez por todas, um objeto determinado da história das ciências da linguagem, porque os problemas da definição de seu objeto se refletem diretamente no de sua história (cf. 4.2), nem mesmo que a história das ciências tenha com seus objetos a mesma relação que as ciências têm com os seus (cf. Canguilhem 1968, 15). O que vale para o objeto vale para o método. O simpósio de 1964 (Hymes, 1974 b) tinha por tema a pertinência da noção de paradigma (Kuhn é publicado em 1962) para a história da linguística. Podemos conceber um paradigma como um misto de teoria e de “confraria” que repousa sobre um consenso de fato (“Em primeiro lugar, um paradigma governa, não um campo científico, mas um grupo de cientistas”, Kuhn, 1969). É um complexo raramente utilizado na França, onde os fenômenos de continuidade são antes tratados globalmente na massa do saber disponível (Bachelard, Koyré), com as teorias sendo abstraídas de seu substrato

institucional (cf. a cidade científica ideal de Bachelard), e onde se procura construir substratos pragmático-cognitivos anteriores às divergências teóricas (cf. a *épistème* de Foucault ou a noção de campo de saber). Não se pode evitar de pensar que o paradigma corresponde à organização contemporânea da pesquisa americana (concorrência, carreira determinada pelo julgamento dos pares, financiamento do programa e objetivo). Nessas condições, a questão colocada pelo simpósio é tanto uma forma de avaliar a organização contemporânea da pesquisa quanto o método da história. A resposta moderadamente negativa assume então um relevo singular. Hymes (1974a) propõe o conceito de *cinosura* para designar o fato de que uma teoria, sustentada por um grupo, aparece na frente da cena, sem excluir as outras e sem ser condenada a desaparecer quando outras estiverem em seu lugar. Claro, seria preciso analisar similarmente as discussões em torno da noção de *scientific research programme* (Lakatos, 1970), construída para preservar a racionalidade das “revoluções” científicas, interpretando a evolução das teorias, como a melhora de programas submetidos a testes. Mais que uma “ciência” independente, a história das ciências é a autorreflexão da ciência.

5. O realismo (a história “real” existe como totalidade dos acontecimentos) é um mito particularmente nefasto à história das ciências (bastaria reunir informações ordenadas por uma cronologia para fazer “uma história”). Em história como em outros lugares, o ponto de vista determina seu objeto e a validade dos métodos (por exemplo, há uma macro-história e uma micro-história; podemos nos orientar pelo conteúdo teórico ou a organização social da pesquisa etc.). Podemos provavelmente formular o conjunto dos *requisitos* correspondentes às diversas práticas historiadoras. Eles são sem dúvida realizáveis por múltiplos vieses metodológicos, e nada diz que o sejam simultaneamente (por exemplo, descrição/evolução). Ao invés de uma “totalidade”, é preciso considerar a “história real” como um “domínio empírico”. Ou para retomar uma imagem, a cidade historiadora está diante da história como diante um punhado de piões, cada um escolhe os seus em função de sua estratégia, mas há estratégias que nenhum jogador deveria escolher, porque bastará aos outros tirar certos piões para contra-atacar. Entre todas as estratégias possíveis, há o conjunto daquelas que reclamariam: 1º tirar todos os piões; 2º ordená-los univocamente, tornando compatível a ordem cronológica e a ordem causal. Segundo toda probabilidade, tal estratégia é impraticável. A história progressiva tradicional não satisfaz a (1); os fenômenos de descontinuidade e de dispersão devem fazer renunciar a (2). Não haverá história global (cf. Foucault, 1969, 13-24) e a história

geral (por exemplo Mounin, Robins) não é senão um guia cronológico-ideológico, tão útil quanto enganoso. Atualmente, a estratégia mais eficaz parece ser a concentração sobre algumas questões teóricas bem localizadas. Quero dizer que é preciso praticar uma história “hipotético-confirmativa”, abordar os documentos com questões precisas para resolver. É de resto a única forma de ter uma história cujo progresso não seja reduzido ao aumento (indispensável) da documentação.

Elementos bibliográficos e informativos

I. Informações

Duas revistas são atualmente dedicadas à história da linguística: *Historiographia Linguistica* (1974, três números anuais, editores E.F.K. Koerner e H.J. Niedereche em J. Benjamins, Amsterdam); *Histoire Épistémologie Langage* (1979, duas edições anuais, revista publicada pela S.H.E.S.L. e C.I.R.L. da Universidade de Lille III). A *Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage* (1978) publica uma resenha, um *Bulletin d'Information*, e organiza conferências e mesas redondas (informações: SHESL, ENS. Section d'Espagnol, 2, Avenue du Palais, 92211 Saint Cloud). Por iniciativa de K. Koerner, as *Conferências Internacionais sobre História das Ciências da Linguagem* (ICHOLS 1, Ottawa, 1978; publicação de anais, ver Koerner, 1980) acontecem a cada três anos (próximo ICHOLS, Lille, verão 81; informações: ICHOLS II - *Centre Interdisciplinaire de Recherches Linguistiques*, BP 149 - 59653 (Villeneuve D'Ascq Cedex). Muitos editores dedicam coleções à história da linguística: Indiana University Press (Bloomington) com *Studies in the History and Theory of Linguistics* (1966), Olms (Hildesheim) com *Documenta Linguistica* (1968), G. Narr (Tübingen) com o *Tübinger Beitrage zur Linguistik* (1969) e o *Beitrage zur Geschichte der Sprachwissenschaft*, Fromman-Holzboog (Stuttgart - Bad Cannstatt) com *Grammatica Universalis: Meister Werke der Sprachwissenschaft* (1977) e *Grammatica Specula* (1977), Longman (Londres) com *The Classics of Linguistics* (1972) e J. Benjamins (Amsterdam) com *Studies in the History of Linguistics* (1973), *Amsterdam Classics in Linguistics 1800-1925* (1974), *Classics in Psycholinguistics* (1977), *Library and Information Sources in Linguistics* (1977). Na França, apenas as Presses Universitaires de Lille (coleção La Linguistique) apresentam atualmente uma série e um programa de reedições e estudos históricos. As informações sobre a linguística francesa estão espalhadas entre diferentes editoras (Aubier-Montaigne, Champs Libres, Klincksieck, Payot, Droz, Slatkine, etc.) ou em coleções anteriores (que às vezes apresentam reedições de textos franceses, mas o famoso estudo por H. Weil sobre a ordem das palavras, por exemplo, só está disponível na tradução inglesa de 1887, reeditada por Benjamins).

II. Metodologia

Arens (H.). — 1977. Zur neueren Geschichtsschreibung der Linguistik, H.L., IV. 3, 319-382.

Aarsleff (Hans). — 1970. The history of Linguistics and Professor Chomsky, *Language* 46, 570-585.

- Auroux (Sylvain). - 1976. Qu'est-ce que l'épistémologie? *Dialogue* XV-2, 302-320.
- Bondi (H.). — 1975. What is Progress in Science? in R. Harré (éd.). *Problems of Scientific Revolution*, Oxford. 1-10.
- Bugarski (K.). — 1976, The Object of Linguistics in Historical Perspective, in Parrett 76, 1-12.
- Bursill-Hall (G.L.). — 1970. The History of Linguistics, *Canadian Journal of Linguistics* 15-2, 143-50.
- Canguilhem (G.) (et un groupe d'enseignants). — 1970, *Introduction à l'Histoire des Sciences I. Éléments et instruments*, Paris, Hachette. 1971. *ibid.* 2. *Objet, Méthode, Exemples* (ce qui concerne la linguistique est plus particulièrement dû à O. Ducrot).
- Canguilhem (G.). — 1968. L'objet de l'histoire des Sciences in *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*, Paris. Vrin.
- Chevalier (J.C.). - 1974. La langue : linguistique et histoire, in *Faire de l'histoire*, t. III *Nouveaux objets* (J. Le Goff. S. Nora. éd.). Gallimard, 95-114.
- Chouillet (A.M.). - 1979. Histoire et Epistemologie : les buts de la S.H.E.S.L. (C. R. de l'A. G. de 1978). *HEL* 1-1. 59-60.
- Desanti (J.T.). — 1965. Qu'est-ce qu'un problème épistémologique? rééd. in *La Philosophie Silencieuse*, 1975. 110-132.
- Foucault (M.). — 1966. *Les mots et les choses*, Paris. Gallimard. 1969 — *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard.
- Gentilhomme (Y.). — 1980. Pourquoi et Comment Faire l'Histoire de la Linguistique? Communication au Colloque de Nanterre sur l'Histoire des Sciences (dactylographié).
- Greene (J.C.). - 1974. The History of Science and the History of Linguistics, in Hymes 1974, 487-501.
- Hymes (H.). - 1971 a - Tradition and Paradigms, in Hymes 1974 b, 1-38.
- Koerner (E.F.K.). — 1972. Linguistic Historiography till 1970, A state of the Art Report, rééd. in Koerner 1978 a. 3-20.
- 1974 — Purpose and Scope of Historiographia Linguistica, rééd. sous le titre « Four types of History writing in Linguistics » in Koerner 1978&, 55-59.
- 1976 a — Toward a Historiography of Linguistics, 19 th et 20 th Century paradigms, rééd. in Koerner 1978a, 21-54.
- b — The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistics Science, rééd. in Koerner 1978 a. 63-69.
- 1978 a — Toward a Historiography of Linguistics. Selected Essays, Foreword by R.H. Robins, Amsterdam. Benjamins.
- Kuhn (T.S.). - 1962. *The Structure of Scientific Revolutions*, t.f. 1972 (d'après l'édition de 1970. avec la Postface de 1969).
- 1971 — The relations between History and History of Science, *Daedalus* IC-2. 371-304.
- Lakatos (I.). — 1970, Falsification and The Methodology of Scientific Research Programmes, in Lakatos/ Musgrave (éd.). *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge CUP, 91-195.
- Malkiel (Y.) et Langdom (M.). — 1969. *History and Histories of Linguistics*, *Rom. Ph.* 22, 530-666.
- Raymond (P.). — 1975, *L'histoire et les sciences*, Paris, Maspero.
- Robins (R.H.). — 1975 — Theory Orientation versus Data-Orientation : a Recurrent Theme in Linguistics, *H.L.*, 1-1.
- Sharahdenidze (T.). — 1976 — On the two trends in Modern Linguistics and the Two Sources of these trends, in Parrett 76, 62-84.
- Simone (R.). — 1975 — Théorie et Histoire de la Linguistique, *H.L.*, II, 3.

Swiggers (P.). — 1979 — Note épistémologique sur le statut de l'historiographie de la linguistique, HEL, I-I, 61-63.

Synge (J.L.). — 1958 — Is the Study of its History a Brake on the Progress of Science?, *Hermathena* 91, 20-42.

III. História da Linguística, Bibliografias, Crestomatias (°), Coleções de artigos (*)

Aarsleff (H.). — 1979 a — Supplementary Bibliography of recent Studies in the Historiography of Linguistics relating to the eighteenth Century, including Leibniz, HEL, I, 2, 41-73.

° Arens (H.). — 1955 — Sprachwissenschaft : der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart, Munich et Fribourg, K. Aller; 2' éd. augmentée en 1969.

° Bolelli (T.). — 1965 — Per una Storia délia ricerca Linguistica : testi e note introduttive, Naples, Morano.

Borst (A.). — 1957-1963 — Der Turmbau von Babel : Geschichte der Meinungen iiber (Jrsprung u. Vielfalt der Sprachen u. Völker, 6 vol. Stuttgart : Hiersemann.

Chevalier (J.C.). — 1 970 — L'Histoire de la Grammaire — Quelques ouvrages récents. *Revue Romane*, 5. 115-1 58.

° Chevalier (J.C.) et Arrivé (M.). — 1970 — La grammaire — lectures, Paris, Klincksieck.

Coseriu (E.). — 1972 — Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antické bis zur Gegenwart — Eine Uebersicht — 2 vol., Tübingen. G. Narr.

* Dessaux-Berthonneau (Jl. M.). — (éd.) 1 980 — Théories linguistiques et Traditions grammaticales. Presses universitaires de Lille.

* Hymes (I.). -(éd.) 1974 b — Studies in the History of Linguistics — Bloomington a. London, Indiana University Press.

° Jacob (Jl.). — 1969 — Points de vue sur le Langage, Paris, Klineksieck.

* Joly (A.) et Stefanini (J.). — (éd.) 1977 — La Grammaire générale des Modistes aux Idéologues, Publications de l'université de Lille III.

Koerner (K.). — 197Í) b — An Annotated, Chronological Bibliography of Western Histories of Linguistics, 1822-1972, Amsterdam. Benjamins.

* (éd.) 1980 — Progress in Linguistic Historiography (Papers Krom the ICHOLS I), Amsterdam, Benjamins.

Mounin (C.). — 1 967 — Histoire de la Linguistique, Des Origines au xxe siècle, Paris, P. U.F.

* Niederehe (H.) et Maarmann (H.). — (éd.) 1976 — Akten des Kolloquiums zur Wissenschaftsgeschichte der Romanistik, Amsterdam. Benjamins.

* Parret (H.). - (éd.) 1976 — History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics, De Gruyter.

Porset (C.). — 1977 — Grammatista Philosophans : les Sciences du Langage de Port-Royal aux Idéologues (1660-181H). Bibliographie, in Joly-Stefanini, 11-95.

° Rey (A.). — 1 973 — Théories du signe et du sens, Paris. Klineksieck.

Robins (R.H.). — 1967 — A Short History of Linguistics, London, Longmans, Bloomington, 1968, t. f.

Salus (P.H.). - (ed.) 1 969 - On Language : Plato to Von Humbolt - New York : Holt, Rinehart et Winston.

* Sebeok (T.H.). — (éd.) 1966 — Portraits of Linguists : a Biographical source Book for the History of Western Linguistics (1746-1963), 2 vol. Indiana University Press.

* (éd.) 1975 — Current Trends in Linguistics : vol 13 : Historiography of Linguistics (2 tomes), The Hague. Mouton.

S.H.E.S.L. — Répertoire Bibliographique: paraît tous les ans dans le second fascicule de HEL, à partir de 1-2 (1979). qui porte sur l'année 1978.

Stengel (E.). - 1890 — Chronologisches Verzeichnis französischer Grammatiken vom Ende der 14 bis zum Ausgange des 18^o Jahrhunderts, nebst Angabe der bisher ermittelten Fundorte derselben, réédité avec un supplément par H.J. Niederehe. 1976, Amsterdam. Benjamins.

Tagliavini (L.). — [1963] 1970 — Panorama di Storia della Linguistica, 3e éd. Bologne. R. Paton.

IV. Algumas obras gerais recentes sobre a história da linguística francesa

Auroux (S.). — 1979 a — La Sémiotique des Encyclopédistes, Essai d'Epistémologie Historique des Sciences du Langage, Paris. Payot.

Chevalier (J.C.). — 1968 — Histoire de la Syntaxe, La Naissance de la notion de Complément dans la Grammaire Française (J 530- 1750), Genève/Paris, Droz.

Chevalier (A.). — 1977 — ... Et il fallut apprendre à écrire à tous les Petits Français, Paris, Payot.

Chomsky (N.). — (1966] 1969 — La Linguistique Cartésienne, Paris. Le Seuil.

De Certeau (M.) Julia (P.) Revel (J.). — 1975 — Une Politique de la Langue — La Révolution Française et les Patois, Paris. Gallimard.

Donzé (R.). — 1967 — La Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal : Contribution à l'Histoire des idées grammaticales en France, Berne, Francké.

Droixhe (D.). — 1978 — La Linguistique et l'Appel de l'Histoire (1600-1800), Rationalisme et Révolutions positivistes, Genève/Paris. Droz.

Dubois (C.G.). — 1970 — Mythe et Langage au Seizième siècle, Bordeaux. Ducros.

Julliard (P.). — 1970 — Philosophies of Language in Eighteenth Century France, La Haye/Paris, Mouton.

Kukenheim (L.). — 1962 — Esquisse historique de la Linguistique française et de ses Rapports avec la Linguistique générale, Leiden. P.U.

Monreale-Wickert (J.). — 1977 — Die Sprachforschung der Aufklärung im Spiegel der Grossen französischen Enzyklopädie, Tübingen. G. Narr.

Pop (S.). — 1950 — La Dialectologie : Aperçu Historique et Méthodes d'Enquêtes Linguistiques, Duculot, Louvain.

Ricken (U.). — 1978 — Grammaire et Philosophie au Siècle des Lumières, Lille, P.L'L.

Robinet (A.). — 1978 — Le Langage à l'Age Classique, Paris, Klincksieck.

V. Bibliografia particular aos temas dos artigos do volume 48 da revista *Langue française* (1980).

VA. Fontes primárias.

Aisy (d). — 1674 — Nouvelle Méthode de la Langue Française, Paris.

Arnauld et Lancelot — [1660] 1969 — Grammaire générale et raisonnée, avec les remarques de Duclos, préface Michel Foucault. Paris. Republications Paulet.

Arnauld (A.) et Nicole. (P.) — ([1662] 1965) — La Logique, ou l'Art de penser, éd. critique par P. Clair et F. Girbal. Paris. P.U.F.

Beauzée (N.). — 1767 — Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues, Facs. Grammatica universalis 8. éd. par H. Brekle. 1974, Frommann, Stuttgart.

- Bescherelle. — 1887 — Nouveau Dictionnaire national, ou Dictionnaire Universel de la Langue française, Paris.
- Breal (M.). — 1887 — « L'histoire des mots ». Revue des Deux Mondes, 1er juillet.
- 1901 — Essai de sémantique, Paris. Hachette.
- Brachet (A.). — 1868 — Dictionnaire des doublets ou doubles formes de la langue française, Paris. Francké.
- Buffier (Père C.). — 1709 — Grammaire française sur un plan nouveau, Paris.
- Buysens (E.) — 1943 — Les langages et le discours, Bruxelles.
- Condillac. — [1775], an VI, 1798 — La grammaire, tome V des Œuvres Complètes. Paris, Ch. Houel.
- 1947-1951 — Œuvres, éd. Le Roy. Corpus des philosophes Français [Essai sur l'origine des connaissances humaines (1746). Grammaire (1775), Art d'écrire (1775) dans le tome 1. le Dictionnaire des Synonymes dans le tome 3].
- Court de Gebelin (A.). — 1776 — Histoire naturelle de la parole, ou Précis de l'Origine du langage et de la Grammaire universelle, extrait du Monde Primitif, Paris.
- De Brosses (Ch.). — 1765 — Traité de la formation mécanique des langues et des principes physiques de l'étymologie, Paris, Saillant.
- Destutt de Tracy, (A.). - 11801-1815] 1925-1927 -Éléments d'idéologie, 4 vol. (vol. 2 : Grammaire). Paris.
- Duclos, voir Arnauld et Lancelot.
- Darmesteter (A.). — 1887 — La vie des mots étudiée dans leurs significations, Paris, Delagrave.
- 1890 — Introduction du Dictionnaire général de la langue française.
- Dumarsais (C.). — 1730 — Traité des Tropes, Paris.
- 1755 — « Ellipse » et « Elliptique », L'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné, tome V.
- 1769 — Logique et principes de grammaire, Paris.
- Estarac (A. -F.). — 1811 — Grammaire générale, Paris.
- Fontanier (P.). — 1821 — Manuel classique pour l'étude des tropes.
- 1827 — Manuel des figures autres que tropes, Paris. De Mayre-Nyon.
- 1968 — Les figures du discours, Paris, Flammarion (rééd. de 1821 et 1827, par G. Genette. avec une préface de l'éditeur, pp. 5-17).
- Furetière (A.). - [1690] 1978 - Le Dictionnaire Universel, SNL. Le Robert.
- Gaultier (L.). — s. d.; 1787? — Leçons de grammaire, ou exercices analytiques, Paris.
- Gillieron (J.). — 1915 a — Étude de géographie linguistique. Pathologie et thérapeutique verbales : I. Chair et viande... Neuveville. Beerstecher.
- 1915 b — Étude de géographie linguistique. Pathologie et thérapeutique verbales : II. Mirages étymologiques, Neuveville, Beerstecher.
- 1918 — Généalogie des mots qui désignent l'abeille d'après l'Atlas linguistique de la France, Paris, Bibliothèque de l'École des Hautes Études, CCXXV.
- 1919 — Étude sur la défectivité des verbes. La faillite de l'étymologie phonétique, Neuveville. Beerstecher.
- 1920 a— « Pathologie et thérapeutique verbales », Revue de Philologie française et de Littérature, XXXII, 3-65.
- 1920 b — « Pathologie et thérapeutique verbales : la phonétique artificielle». Revue de Philologie française et de Littérature, XXXII, 97-123.
- 1921 a — « Pathologie et thérapeutique verbales : la phonétique artificielle». Revue de Philologie française et de Littérature, XXXIII, 1-19.
- 1921 b — Pathologie et thérapeutique verbales, Paris. Champion (Collection linguistique publiée par la Société de Linguistique de Paris. XI).

- 1923 — *Thaumaturgie linguistique*, Paris, Champion (Collection linguistique publiée par la Société linguistique de Paris. XIII).
- Girault-Duvivier (Ch.-P.). — [1811] 1830 — *Grammaire des grammaires, ou analyse raisonnée des meilleurs traités sur la langue française*, Paris. 7e éd.
- Guillaume (G.). — [1919] 197 5 — *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*, Paris, Nizet; Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- Guillaume (G.). — 1964 — *Langage et science du langage*, Paris, Nizet; Québec, Presses de l'Université Laval.
- Guillaume (G.).— 1973 — *Principes de linguistique théorique*, Paris, Klincksieck; Québec, les Presses de l'Université Laval.
- Guizot (F.). — 1809 — *Nouveau dictionnaire universel des synonymes de la langue française*, 2 vol., Paris.
- Harris (J.). — [1751] 1972 — *Hermès, ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, trad. et rem. par F. Thurot (1796), éd. introd. et notes par A. Joly, Paris, Genève, Droz.
- Henry (V.). — 1878 — *Les trois racines du verbe » être » dans les langues indo-européennes*, Lille.
- 1883 — *De l'analogie en général et des formations analogiques dans la langue grecque*, Paris, Maison- neuve.
- 1894 — *Analyse de La Vie des Mots*, in *Revue des Cours et Conférences*, Ire série.
- Hovelacque (A.). — 1882 — *La linguistique*, Paris, librairie Schleicher frères.
- De Jaucourt (L.). — 1755 — « *Elocution* », *L'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné*, tome V.
- Lafaye. — 1858 — *Dictionnaire des synonymes de la langue française, avec une introduction sur la théorie des synonymes*. Paris, Hachette.
- La Grue (P.). — 1785 — *Grammaire hollandaise*, Amsterdam. 4e éd.
- Lallemand. — an XI, 1802 — *Notions sur la grammaire française*, Paris.
- Latouche. — 1690 — *Art de bien parler français*, Paris.
- Lhomond. — 1780 — *Éléments de la Grammaire française*, Paris.
- Litre (E.). — 1880 — « *Pathologie verbale* » in *Études et Glanures*, Paris. Didier.
- Millardet (G.). — 1923 — *Linguistique et dialectologie romanes. Problèmes et méthodes*, Montpellier-Paris. Champion.
- Noel (M.) et Chapsal (M.). — 1877 — *Nouvelle grammaire française*, Paris, 57e éd.
- Nyrop (K.). — 1913 — *Histoire de la langue française*, tome IV, Paris.
- Oudin. — 1698 — *Grammaire française rapportée au langage du temps*, Paris.
- Paris (G.). - 1887 - *Journal des Savants*, février, pp. 65-77; mars, pp. 149-156; avril, pp. 241-249.
- 1906 — C.R. de Darmesteter, *La vie des mots*, repris in *Mélanges linguistiques*, 2e vol. « *Langue française* ».
- 1905-1909 — *Mélanges linguistiques*, Paris.
- Régnier-Desmarais (abbé). — 1706 — *Grammaire française*, Paris.
- Restaut. — [1730] 1 790 — *Principes généraux et raisonnés de la grammaire française*, Saint-Malo, 12e éd.
- Restaut. — 1739 — *Abrégé des principes de la grammaire française*, Paris.
- Sacy (S.). — de an VI, 1799 — *Principes de grammaire générale*, Paris.
- Scaliger (J.C.). — 1540 — *De Causis Linguae Latinae*, Lugduni.
- Schleicher (A.). — 1 868 — *La théorie de Darwin et la linguistique. De l'importance de la langue pour l'histoire naturelle de l'homme*, trad. fr., Paris. Francké. (Ire éd. ail. resp. 1863 et 1865). Republié en 1980 chez Vrin avec une introduction de P. Tort.
- Sicard. — [1799] 1812 — *La grammaire française exacte et méthodique*, Paris, 2e éd.

- Thiébaud (D.). — [1802] 1977 — Grammaire philosophique, ou la métaphysique, la logique et la grammaire réunies en un seul corps de doctrine, avec une introduction par D. Droixhe, Stuttgart-Bad Cannstatt, Friedrich Fromann Verlag.
- Thurot (F.). — [1796] 1970 — Tableau des progrès de la science grammaticale, [Discours préliminaire à Hermès], introd. et notes par A. Joly, Bordeaux, Ducros.
- Veneroni. — 1811 — Maître italien, ou Nouvelle grammaire-pratique française et italienne, Lyon, n^e éd.
- Wailly. — [1754] 1786 — Principes généraux et particuliers de la langue française, Paris, 10^e éd.

VB. Fontes críticas

- Aarsleff (H.). — 1979 b — Bréal vs. Schleicher : Linguistics and Philology during the latter Half of the Nineteenth Century, in *The European Background of American Linguistics*, ed. by Henry M. Hoenigswald. Foris Publication, Dordrecht.
- Taine. son importance pour Saussure et le structuralisme, *Romantisme* 25/26.
- Auroux (S.). — 1973 — L'Encyclopédie « Grammaire » et « Langue » au XVIII^e siècle, Paris, Marne.
- 1977 — Mécanique des langues et linguistique synchronique, à paraître dans les Actes du colloque De Brosses, Genève. Slatkine.
- 1978 — Grammaire et logique : une théorie archaïque des relations, *Dialogue* XVII/1, 1-19.
- 1979 b — La querelle des lois phonétiques, *Linguisticae Investigationes*, III-1, 1-27.
- c — La linguistique et la catégorie du parler. *Romantisme* 25/26, 157-178.
- d — Le concept de détermination : Port-Royal et Beauzée, à paraître in *Studies on Voltaire and the Eighteenth Century*, Actes du cinquième congrès international des Lumières.
- Auroux (S.) et Calvet (L.J.). — 1973 — De la phonétique à l'apprentissage de la lecture. La théorie des sons du langage au xviii^e siècle. *La Linguistique*, 9/1, 71-88.
- Bartlett (B.E.). — 1975 — Beauzée's Grammaire générale — theory and methodology, Paris-La Haye, Mouton.
- Breva-Claramonte (M.). — 1977 — Sanctiu's Antecedents : The Beginnings of Transformational Grammar. *Language Sciences*, n° 44, 10-18 et n° 45, 6-20.
- Bulletin du Centre d'Analyse du Discours, n° 4, 1980, *Synonymies*, Université de Lille III, Presses Universitaires de Lille.
- Calvet (L.J.). — 1972 — Jean Cantineau, la tradition grammairienne arabe et la phonologie, *La Linguistique* 8/2, 69-82.
- Chevalier (J.C.). — 1976 a — Les idéologues et le comparatisme historique, in *Niederehe-Haarmann* 1976, 175-195.
- b — Le jeu des exemples dans la théorie grammaticale, in *Grammaire transformationnelle syntaxe et lexique* (J.C. Chevalier, éd.), P.U.L., 233-263.
- 1977 — Langages. Biologie des origines et sociologie des développements, *Rev. Sciences humaines* 166, 227-240.
- Chevalier (J.C.)/Désirat (C.)/Horde (T.). — 1976 — Les idéologues, le sujet de l'histoire et l'étude des langues, *Dialectiques* 12, 15-31.
- Droixhe (D.). — 1970 — L'orientation structurale de la linguistique au xv^e siècle, *Le Français moderne* 38, 18-32.
- 1980 — Matérialisme et histoire dans la linguistique du président de Brosses : un entretien avec Helvetius, à paraître dans *Mélanges E. Coseriu* (vol. I, Histoire de la linguistique, dir. J. Trabant).

- Dillinger (D.). — 1974 — *History of Linguistics : The Renaissance and Ellipsis in the Grammars of Despauterius, Linacre, Scaliger and Sanctius*, Thèse doctorale non publiée, Indiana University.
- Engler (R.). — 1968-1974 — *Saussure-Cours de linguistique générale, édition critique*, Wiesbaden.
- 1978 — *Géographie linguistica e assiomatica saussuriana : di una convergenz ideologica nel primo Novecento*, actes du congrès *Presuppositi ideologici délie ricerche linguistiche* (Consenza, 1978).
- 1980 — *Linguistique 1908 : un débat-clef de linguistique géographique et une question de sources saussuriennes*. in Koerner 1980.
- Glatigny (M.). — 1980 — *Contribution à la préhistoire de l'analyse sémique : le dictionnaire des synonymes de Guizot (1809)*, *Bulletin du Centre d'Analyse du discours, Université de Lille III*. n° 4.
- Harnois (G.) — 1929 — *Les théories du langage en France de 1660 à 1821*. Paris, les Belles lettres.
- Haroche (C.). — 1975 — *Grammaire, implicite et ambiguïté*, *Foundation of language*, 13, 215-236.
- Lausberg (H.). — 1960 — *Handbuch der Literarischen Rhetorik*, München.
- Le Goffic (P.). — 1979 — *Propositions relatives, identification et ambiguïté, ou : Pour en finir avec les deux types de relatives*. *DRLAV* n° 21, 135-145.
- Molino (J.)/Soublin (F.)/Tamine (J.). — 1979 — *Problèmes de la métaphore*, *Langages* n° 54.
- Pariante (J.C.). — 1979 — *Grammaire, Logique, Ponctuation*, in *Études sur le XVIIIe siècle* (J. Erhard, éd.), Clermont, Textes et Documents, 105-120.
- Porset (C.). — 1977 b — *La dérive des langues, à paraître dans les Actes du colloque De Brosses*, Genève, Slatkine.
- Rousseau (J.). — 1980 a — *Bopp et la composition*, *H.E.L.*, II-1.
- b — *Flexion et racine, trois étapes de leur constitution : J.C. Adelung, F. Schlegel, F. Bopp*, in Koerner 1980.
- Stefanini (J.). — 1962 — *La voix pronominale en ancien Français*, Aix.
- Tort (P.). — 1979 — *L'histoire naturelle des langues : de Darwin à Schleicher, Romantisme*, 26-27. Trentman (J.A.). — 1976 — *Speculative Grammar and Transformational Grammar : A Comparison of Philosophical Presuppositions*, in Parrett 1976.
- Valin (R.). — 1967 — *Grammaire et logique : du nouveau sur l'article*, in *Travaux de linguistique et de littérature*, V. 1, Strasbourg, pp. 61-74.
- Wilmet (M.). — 1980 — *Linguistique et métalinguistique. Sur l'acceptation des termes défini et indéfini en grammaire française*, in *Linguistique romane et linguistique française. Hommages à Jacques Pohl*, publ. par M. Dominicy et M. Wilmet, éditions de l'Université de Bruxelles, pp. 235-245.
- Yvon (H.). — 1955 — *La notion d'article chez nos grammairiens*, dans *Le français moderne*, n° 3, pp. 161-172 et n° 4, pp. 241-255.